

Reflexões Sobre o Ensino da Filosofia da Ciência

*Alberto Cupani**

“A cultura científica está entregue — ai de nós! — ao julgamento daqueles que jamais fizeram o mínimo esforço para adquiri-la”

G. Bachelard

A reflexão sobre a ciência — particularmente sob a forma de crítica da atividade científica, seus resultados e suas aplicações — tem-se convertido num dos fenômenos mais freqüentes da vida intelectual contemporânea. No campo específico da filosofia, isso significa que o cultivo da “filosofia da ciência” (1), não há muito tempo ocupação semi-esotérica de poucos professores, tornou-se inquietação geral que se não me engano — está gerando uma moda.

Ao afirmar que o cultivo da filosofia da ciência está constituindo uma moda, não me refiro tão-somente à extensão do fenômeno (2) senão também a um aspecto típico de toda moda: a compulsão para a imitação. De maneira crescente, professores e estudantes de filosofia parecem experimentar uma aguda necessidade de se dedicar à filosofia da ciência (formalmente ou não), de não “ficar fora” dela. Por outro lado, a ocupação com a filosofia da ciência parece dar a esses professores e estudantes um sentimento de satisfação curiosamente parecido com aquele que produz a aquisição de um objeto de moda.

Os comentários que se seguem não pretendem condenar a existência de modas intelectuais (3) senão apenas apontar para

* Professor do Departamento de Filosofia, Doutor em Filosofia pela Universidad Nacional de Córdoba.

certos riscos que o ensino da filosofia da ciência pode comportar quando praticado como pura moda.

Para começar, lembremos que toda moda se alimenta de inquietudes humanas, em forma de necessidades individuais e ou de ondas de interesse social. Por trás da moda da filosofia da ciência parece-me que estão — no mínimo — os seguintes fenômenos sociais: de uma parte, a convicção, herdada do Positivismo, de que a ciência é a única forma de saber admissível (ficando cada vez mais desqualificadas as crenças religiosas, as teorias filosóficas e grande parte do saber vulgar); e de outra, a vinculação cada vez mais evidente e chocante da ciência e da tecnologia com o desenvolvimento da sociedade industrial e seus defeitos (massificação, injustas diferenças sociais, destruição do meio ambiente, guerras cada vez mais sofisticadas e terríveis, etc.). Esses dois fenômenos parecem justificar facilmente a necessidade de uma reflexão cada vez maior sobre a natureza da ciência e seu papel na vida humana.

Contudo, para que essa reflexão fosse rigorosa (4) parecem necessárias duas condições prévias. A primeira delas, que quem se dispõe a refletir sobre a ciência tenha experiência direta dela, que seja um cientista; como, senão, poderia ele refletir sobre o que a ciência *realmente* é, sobre o modo *concreto* como se realiza a atividade científica? Ademais, se a reflexão vai incidir sobre a ciência (em geral) e não apenas sobre uma disciplina científica, parece igualmente necessário que o candidato a filósofo da ciência possua experiência em *todas* as disciplinas científicas, já que de outro modo como poderia ele generalizar suas apreciações?

Das duas condições antes enunciadas, a primeira pode ser perfeitamente satisfeita. Não é um pedido extraordinário ser físico ou sociólogo de profissão para ser epistemólogo. Já a segunda condição revela-se como impraticável: ninguém poderia ter hoje em dia experiência em todos os campos pretensamente científicos. A experiência reclamada como suporte de uma reflexão adequada não poderia ser, neste caso, patrimônio de um indivíduo senão de muitos: a comunidade dos cientistas, ou pelo menos um grupo constituído por representantes de cada ciência.

As consequências imediatas daquelas colocações seriam, por sua vez, também duas. Em primeiro lugar, só poderiam se pronun-

ciar sobre a ciência pessoas com experiência científica e numa empresa coletiva. Em segundo lugar, ficaria desautorizado o discurso da maior parte dos autores e professores de filosofia da ciência, cuja formação científica se reduz ao que aprenderam na escola e leram em livros técnicos (para não mencionar jornais e revistas vulgares).

Os argumentos expostos são, na verdade, tentadores. Amparados na precisão da lógica exigem algo aparentemente óbvio: que os cientistas, e tão-somente eles, se ocupem de refletir sobre a ciência e de transmitir aos leigos, em forma de ensino, as suas conclusões. Eis uma filosofia da ciência bem entendida:

Todavia, o tema do papel da ciência na vida humana e os fenômenos sociais antes mencionados, que o convertem numa moda intelectual, são demasiado graves e urgentes para que argumentos como os anteriores (ou outros semelhantes) pudessem eliminar a intranquilidade reinante, e transformar os leigos em submissa platéia dos cientistas convertidos em epistemólogos. Tampouco se pode proibir a professores e estudantes de opinarem sobre o assunto, sujeitando-os a uma elite (aliás, suspeita)(5) de "entendidos". Finalmente, não se pode descartar a possibilidade de que, neste como em qualquer outro campo, um leigo venha fazer um dia, insolitamente, uma sugestão ou uma crítica que os cientistas (por formação ou deformação profissional) não tivessem formulado ou mesmo não pudessem formular. Por tudo isso, não parece que reservar a filosofia da ciência para os cientistas fosse a solução do problema. Mas então, o que fazer com aqueles que, não sendo cientistas, querem refletir sobre a ciência, aprender ou ensinar (?) a outros filosofia da ciência?

Ocorre-me que é necessário pedir a professores e estudantes de filosofia duas coisas. A primeira, que tenham consciência aguda e constante das suas limitações. Consciência aguda, posto que não basta a rápida admissão (logo depois esquecida) de não ser astrônomo, biólogo ou psicólogo de profissão (6), senão que é imprescindível que a pessoa perceba claramente a enorme distância que há entre suas elementares, vagas, ultrapassadas e talvez até deturpadas noções de astronomia, biologia, psicologia, etc., e os conhecimentos, exatos e atualizados que precisaria ter para entender bem os assuntos em discussão. Ademais, a consciência das pró-

prias limitações deve ser constante, porque tampouco basta que a lucidez dure só até que a (aparente) compreensão de um problema ou uma teoria faça com que o sujeito esqueça subitamente as suas deficiências e pense estar ao nível dos cientistas (7).

Além da consciência das limitações, e como consequência dela, é necessário pedir a professores e estudantes de filosofia da ciência que, já que não são cientistas de profissão, sejam ao menos estudiosos da ciência, no sentido de se preocuparem em revisar, atualizar e ampliar seus conhecimentos científicos. É particularmente perigoso, neste ponto, sentir-se demasiado seguro do que se sabe ou se crê saber: há uma grande diferença, por exemplo, entre acompanhar uma discussão epistemológica conhecendo exatamente a lei da gravitação de Newton e acompanhar a discussão "entendendo" a lei apenas pela lembrança da anedota sobre a queda da maçã...

Acho que um professor de filosofia da ciência que, não sendo cientista, fosse porém uma pessoa estudiosa e consciente dos seus limites poderia desempenhar importantes funções. Uma delas seria a de estimular a formação de epistemólogos *sensu stricto* fazendo com que aumentasse o número daqueles que, sendo cientistas, se tornam epistemólogos, ou tendo interesses epistemológicos, se converter em cientistas numa determinada especialidade. Outra função previsível, e não menos importante, do professor de filosofia da ciência é a de contribuir para que a consciência social (8) cresça, quantitativa e qualitativamente, com relação à questão ciência-sociedade. Mas com esta mensão da consciência social estou chegando ao risco que me parece advertir no ensino da filosofia da ciência quando ele não responde àquelas condições.

Na ausência de experiência científica efetiva, de estudo sistemático da ciência e de consciência das próprias limitações, os professores e alunos de epistemologia podem constituir uma elite de pseudo-pensadores, uma elite com a ilusão de se dedicar à filosofia da ciência tão só porque fala sobre teorias que mal conhece e debate problemas que quem sabe se compreende, amparada por um jargão derivado do epistemólogo momentaneamente mais afamado⁽⁹⁾.

Devido à pseudocompreensão de problemas e teorias, essa elite pode sustentar e difundir idéias errôneas e até absurdas a respeito da ciência e dos problemas que esta implica. Assim, longe de contribuir para esclarecer esses problemas, seria uma fonte de maior confusão. Isso sem contar a permanente trivialização de teorias epistemológicas (10) e a exaltação de autores de duvidosa idoneidade, consequências também da ação daquela elite.

Por último (mas não porque seja o menos importante), cabe perguntar em que medida aquela elite está realmente vinculada aos interesses sociais gerais e serve a eles. Quero dizer: supõe-se que o estudo e a crítica da ciência partem (como comentei no início destas reflexões) de uma inquietude social com relação ao papel e ao valor da ciência na vida humana. Até que ponto aquela elite está sendo expressão autêntica e útil daquela inquietude, e até que ponto ela não é senão um grupo esnobe a mais?

Em síntese, a idéia que pretendi defender com estas reflexões é a de que na filosofia da ciência, como aliás em qualquer campo, o diletantismo pode ser tão prejudicial como a passividade, que a filosofia da ciência mal praticada e ensinada pode converter-se num novo mito ou numa nova forma de ideologia (11), que se a filosofia quer ser um pensamento responsável não deve reduzir-se à moda, embora possa estar influenciada pelas modas.

Talvez se diga que estas reflexões se referem a coisas óbvias, mas nem sempre o óbvio é meditado e muitas vezes as coisas importantes são também óbvias. O cultivo honesto da filosofia da ciência é hoje em dia uma de dessas coisas importantes.

NOTAS

(1) Evito aqui, deliberadamente, qualquer polêmica em torno das expressões "filosofia da ciência" e "epistemologia", usando-as indistintamente e abrangendo com a expressão usada em cada caso tanto as reflexões sobre a lógica da ciência como as mais amplas sobre os pressupostos, as condições e as consequências da atividade científica.

(2) Número crescente de palestras e obras sobre o tema, de disciplinas epistemológicas em currículos de diferentes cursos universitários, de cursos de pós-graduação dedicados à filosofia da ciência, etc.

(3) Provavelmente seja a moda inseparável de qualquer atividade humana.

(4) Reflexão real, por conseguinte, e não mera ilusão de reflexão.

(5) Sem sermos necessariamente maliciosos, poderíamos temer que os cientistas sejam normalmente mais propensos a justificar do que a criticar a sua própria atividade.

(6) É claro que não estou pedindo uma (supérflua) confissão do evidente.

(7) A consciência das próprias limitações tem como núcleo a evidência de que aqui o desnível é tão inevitável quanto incômodo. Um professor de filosofia da ciência que não seja cientista não deveria esquecer jamais que os seus pronunciamentos estarão normalmente condicionados pelas introduções “de acordo com Fulano” ou “parece que...”, e que as expressões do tipo “eu acho” serão sempre um pouco temerárias. Ademais, precisaria desterrar do seu discurso afirmações absolutas para as quais carece de autoridade (v.g., “A ciência é...”, “a ciência não pode...”, “jamais a ciência...”, etc.).

(8) Entendo aqui por “consciência social” a percepção, por parte de um grupo ou setor social, de problemas antes não advertidos ou apenas pressentidos.

(9) Uma vez já se tratou de K. Popper e todo mundo falava em “falseamento de enunciados”; veio depois a moda de G. Bachelard com as “rupturas epistemológicas” e as “démarches” da ciência; agora parece ser a vez de Th. Kuhn e os seus “paradigmas”...

(10) Casos claros dessa trivialização me parece que são muitas das exposições e dos debates sobre a obra de Th. Kuhn.

(11) Cabe perguntar-se a que interesses pode estar servindo a existência de tal pseudo-filosofia da ciência.

Florianópolis, Janeiro de 1983